



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 1

jan-jul.2025

p. 103-131

“Tenho medo de voltar a ser monogâmica”: a não monogamia e o dilema da anarquia relacional na pandemia de covid-19

(“I’m afraid of being monogamous again”: non-monogamy and the dilemma of relational anarchy in the covid-19 pandemic)

(“Tengo miedo de volver a ser monógamo”: la no monogamia y el dilema de la anarquía relacional en la pandemia de covid-19)

Rhuann Fernandes¹
Júlia Fleury Ferreira²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir a não monogamia pela perspectiva de pessoas negras, especialmente como o arranjo foi articulado no período de pandemia de covid-19. O discurso emocional sobre o medo oferece pistas para compreender a inviabilidade da prática do princípio de anarquia relacional, tido por “ideal” para a não monogamia. Se aparece o receio de morrer em decorrência do encontro com outras pessoas e com o vírus que assola o mundo, por um lado; por outro, há o temor da aproximação com um modelo monogâmico de relação e o que ele envolve, vistas as restrições impostas pelo isolamento físico. Metodologicamente, conjugamos análise de conteúdo das postagens no interior do grupo de Facebook Afrodengo – Amores Livres e entrevistas em profundidade com seus fundadores. Os resultados sugerem que o medo de voltar a ser uma pessoa monogâmica, declarado pelos interlocutores, tem a ver com o passar por cima de alguns aspectos da anarquia relacional ou estar mais afastado deles durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: não monogamia; anarquia relacional; pandemia; medo.

Abstract: This article aims to discuss non-monogamy from the perspective of black people, paying special attention to how this arrangement was thought and articulated during the time of covid-19 pandemics. The emotional discourse about fear provides us clues to understand the unfeasibility of putting into practice the principle of relational anarchy, interpreted as the “ideal” for non-monogamy. We realize that, on one hand, there is a fear of dying as a result of encounters with other people, and the virus that is ravaging the world; on the other hand, the fear of approaching a monogamous model of relationship and everything it involves stands out, given the restrictions imposed by physical isolation. The methodology used was the combination of content analysis of posts within the Facebook group Afrodengo – Amores Livres and in-depth interviews with its founders. The results suggest that the fear of returning to being a monogamous person, felt by the interlocutors, has to do with overlooking some aspects of relational anarchy, or being more distant from them during the pandemic.

Keywords: non-monogamy; relational anarchy; pandemic; fear.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la no monogamia desde la perspectiva de las personas de raza negra, prestando especial atención a cómo se pensó y articuló este acuerdo durante el período de pandemia del coronavirus. El discurso emocional sobre el miedo nos proporciona pistas para comprender la inviabilidad de poner en práctica el principio de anarquía relacional, interpretado como el “ideal” de la no monogamia. Nos damos cuenta de que, por un lado, existe el miedo a morir como consecuencia del encuentro con otras personas y del virus que está asolando el mundo; por otro, destaca el temor a acercarse a un modelo monógamo de relación y todo lo que ello implica, dadas las restricciones que impone el aislamiento físico. La metodología utilizada fue la combinación de análisis de contenido de publicaciones dentro del grupo de Facebook Afrodengo – Amores Livres y entrevistas en profundidad con sus fundadores. Los resultados sugieren que el miedo a volver a ser una persona monógama, sentido por los interlocutores, tiene que ver con pasar por alto algunos aspectos de la anarquía relacional, o estar más alejados de ellos durante la pandemia.

Palabras clave: no monogamia; anarquía relacional; pandemia; miedo.

1 Doutorando e mestre em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rhuannfernandes.uerj@gmail.com

2 Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: jufleuryf@gmail.com



1 Introdução

Durante a pandemia de covid-19, algumas reportagens na grande mídia abordaram a “crise da monogamia” no Brasil, devido à separação em massa de casais heterossexuais, ao crescimento do número de divórcios e ao aumento expressivo dos registros de violência doméstica. Em geral, tais matérias mostravam que a intensificação do convívio no ambiente doméstico, as incertezas econômicas, o medo da doença e as transformações nas dinâmicas familiares contribuíam para a emergência de novos desafios nas relações amorosas e conjugais. As taxas de divórcio extrajudicial já vinham crescendo bastante. Em 2007, por exemplo, foram registrados mais de 22 mil casos de divórcio no Brasil; já o ano de 2021 superou os 80 mil, marcando o maior número histórico do país (Cartórios [...], 2022). Esse crescimento pode, também, ser associado ao fato de que, no período pandêmico, mais especificamente em maio de 2020, surgiu o divórcio *on-line*, o que gerou mais facilidade, agilidade e economia aos casais que já queriam se separar (Passos, 2020).

Alguns elementos podem explicar esse aumento, entre os quais o fato de o isolamento físico e as medidas de *lockdown* resultarem na intensificação da convivência entre casais, colocando à prova a capacidade de lidar com o tempo prolongado de interação. A falta de espaços individuais e de momentos de escape levou a um aumento das tensões e conflitos, muitos deles preexistentes. Além disso, nessa convivência, as pessoas começaram a ter que lidar com traços e condutas antes não identificados no parceiro (Ailes, 2020). A divisão das tarefas domésticas também é outro fator; na pandemia, muitas mulheres esperavam que ocorresse uma partilha maior dos trabalhos de cuidado com a casa e com os filhos, pelo fato de os homens estarem restritos ao âmbito doméstico. No entanto, houve intensificação na distribuição desigual das cargas de trabalho (Carvalho, 2022).

Durante os meses iniciais de quarentena, observou-se aumento de 9% das denúncias de violência doméstica no Brasil de modo geral, 50% só no estado do Rio de Janeiro. Em São Paulo, entre março e junho de 2020, momento mais restritivo do isolamento social, o número de feminicídios cometidos dentro de casa dobrou em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre outros motivos, mulheres estavam sendo induzidas a viver com seus agressores, visto que, em momentos em que o homem seria colocado para fora de casa, muitas vezes após uma agressão, eles ficavam, em razão da quarentena. Assim, em nome da preservação da saúde do agressor, mantinha-se a situação de vulnerabilidade da vítima de violência (Naumann, 2020).

Todavia, a preocupação das matérias esteve sempre em torno do “casal monogâmico”, não se abordando e discutindo os efeitos da pandemia em relações ditas “não convencionais”, aquelas



que procuram, teoricamente, romper com a monogamia: as não monogâmicas³. É como se elas não existissem, ainda que, no decorrer da pandemia, as buscas *on-line* sobre o assunto tenham se duplicado, com 92% de crescimento, sendo o Brasil o terceiro país com mais buscas sobre “não monogamia” no Google, depois da Austrália e do Canadá⁴. Nesse sentido, temos algumas indagações: como se deram as dinâmicas relacionais e afetivas de pessoas não monogâmicas durante a pandemia? Quais foram suas implicações subjetivas? Quais as estratégias adotadas por esses sujeitos para pensarem a si, seus projetos e suas expectativas sobre a não monogamia nesse período?

Com a finalidade de responder, ao menos parcialmente, tais questionamentos, resolvemos desenvolver este artigo, que aborda o tema da não monogamia, em especial o “princípio político” de anarquia relacional reivindicado em torno desse arranjo por pessoas negras, sob a ótica da antropologia das emoções. As reflexões a serem apresentadas foram desenvolvidas a partir dos resultados da dissertação de mestrado de autoria de Rhuann Fernandes, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação da profa. dra. Claudia Barcellos Rezende. A pesquisa foi realizada no decorrer da pandemia, com início em 2020 e conclusão em 2022.

Foram investigadas perspectivas sobre amor, como tal sentimento é pensado e articulado no universo de não monogâmicos negros em suas relações afetivas monorraciais, no interior do grupo de Facebook Afrodengo – Amores Livres, o maior grupo de não monogâmicos negros do Brasil. O objetivo foi explorar as tensões, as negociações e as estratégias mobilizadas por essas pessoas para lidarem com as problemáticas decorrentes das relações não monogâmicas, na tentativa de desenvolverem uma ética amorosa.

Para este artigo, selecionamos o material reunido a partir da análise de conteúdo de postagens no grupo citado, além de dados das entrevistas semiestruturadas realizadas com seus fundadores. Nosso propósito é discutir o potencial micropolítico dos discursos emocionais (Abu-Lughod; Lutz, 1990), mais especificamente sobre o medo, como pista para compreender a não monogamia no período pandêmico e a suposta inviabilidade de pôr em prática o princípio de

3 Na pandemia, fomos bombardeados por matérias que abordavam os problemas que estavam se intensificando e/ou surgindo nas relações monogâmicas. Por outro lado, como constatamos por meio do Google News, nenhuma reportagem foi publicada sobre não monogâmicos, como estavam vivenciando o momento pandêmico. O Google News é um agregador de notícias gratuito fornecido e operado pelo Google, reunindo uma miríade de agências de notícias *on-line* em todo o mundo. Aproveitando-se dos algoritmos sofisticados do Google, ele coleta e apresenta um fluxo personalizado de notícias em tempo real. Um dos aspectos mais valiosos do Google News, para fins de pesquisa, é sua capacidade de adaptar o *feed* de notícias com base em tópicos de interesse específicos.

4 Em uma pesquisa publicada pela Timelens Brasil, intitulada “O Brasil na intimidade”, cujo intuito é entender o comportamento da população brasileira no digital, é possível identificar o crescimento do interesse por não monogamia, paralelamente à frustração com aplicativos de relacionamento. Ver em: <https://www.timelens.com.br/nossos-estudos/>.



anarquia relacional. Esse conceito é entendido como “ideal” por romper, verdadeiramente, com pressupostos monogâmicos, para uma não monogamia mais “política”, “descolonizada” e menos “embranquecida”, segundo nossos interlocutores.

Consoante a Maria Silva e Silvério (2018), essa noção refere-se à abordagem que desafia hierarquias predefinidas e normas prescritivas em relacionamentos, promovendo a autonomia, a liberdade e a igualdade entre as diversas conexões interpessoais. A perspectiva de anarquia relacional busca evitar rótulos e categorias hierárquicas, permitindo que cada relação se desenvolva de maneira única e autônoma, sem restrições preestabelecidas. Nessa direção, o que acontece quando pessoas que enxergam a horizontalidade e a multiplicidade das relações como um valor central de vida têm esse direito podado por um vírus que as limita ao espaço doméstico e à “centralidade afetiva”? O medo apareceu como resposta comum em muitos cenários, manifestando-se como “medo da morte”, como “medo da monogamia” e de “voltar a ser monogâmica”.

As narrativas de nossos interlocutores são fontes valiosas para iluminar experiências particulares e discursos emocionais que estão entrelaçados a processos constantes de reelaboração do *self* e dos laços afetivos. Narrativas sobre si e situações especificamente vividas na pandemia de covid-19, em torno das relações amorosas, são vistas por nós como pistas interligadas que indicam processos sociais e maneiras de falar sobre a experiência social. Desse modo, compreendemos que tais narrativas formam “testemunhos” e “fragmentos” dos processos sociais que as pessoas vivenciam. O conceito de testemunho é mobilizado aqui como o ato de falar sobre situações culturalmente inscritas e atestadas pelos sujeitos da pesquisa, em que a fala – testemunho – constrói contexto social e expectativa sobre o futuro (Das, 2011).

A coleta de conteúdo das postagens no grupo foi conduzida de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020. A escolha do grupo, destinado, exclusivamente, a indivíduos negros e estabelecido em 25 de fevereiro de 2018, ocorreu por duas motivações particulares: inicialmente, pela observação de que o Afrodengo – Amores Livres está inserido em um campo de disputa de narrativas envolvidas nos conflitos sobre qual seria a “forma mais saudável” para uma pessoa negra se envolver afetivo-sexualmente; em segundo lugar, devido ao fato de ser atualmente o maior grupo privado de Facebook, em quantidade de membros – 1,2 mil integrantes –, dedicado à não monogamia entre negros no Brasil.

No ambiente virtual do grupo, foram investigadas as interações em torno das postagens, objetivando compreender as características mais amplas da não monogamia consensual praticada por indivíduos negros, os dilemas enfrentados por eles, a assimilação e a vinculação de suas



particularidades ao modelo de relação, bem como a lógica interna e peculiar do grupo⁵. Ao examinar os conteúdos compartilhados naquele espaço, foram avaliados os impactos das informações e os relatos relacionados à não monogamia pelos usuários, levando em consideração suas interpretações sobre amor e intimidade.

Em 2021, os dados foram enriquecidos por entrevistas semiestruturadas conduzidas com os fundadores do grupo, sete mulheres e cinco homens, todos cisgêneros. Das seis mulheres, cinco se identificam como bissexuais e uma como pansexual. Quanto aos homens, todos são heterossexuais. Entre os 11 entrevistados, sete têm filhos. A média de idade dos entrevistados é de 37 anos. Todos residem no Brasil, em áreas centrais de grandes cidades. Ademais, considerando a escolaridade e a ocupação profissional, a maioria pertence a segmentos ascendentes de camadas populares⁶.

O Afrodengo – Amores Livres surgiu após desvinculação de um grupo anterior, denominado Afrodengo, uma comunidade virtual de paquera exclusiva para pessoas negras, estabelecida em 2017, atualmente com 54,3 mil membros, sendo a maior rede virtual de interações afetivas entre negros no Brasil. O Afrodengo (2020), conforme descrito em sua página, foi criado como “[...] um espaço virtual de paquera destinado a pessoas negras, com o objetivo de promover interações, flertes, construção de relações saudáveis e encontros casuais, visando fortalecer a afetividade negra no período pós-abolição”.

Contudo, houve uma considerável discordância entre não monogâmicos e monogâmicos negros dentro do contexto do Afrodengo, devido a mal-entendidos nos quais os monogâmicos alegavam, conforme relato de nossos interlocutores, que a não monogamia não era adequada para pessoas negras, por ser algo associado aos brancos. O Afrodengo – Amores Livres emergiu, então, como resposta a essa premissa, buscando discutir a não monogamia entre pessoas negras e considerando as complexidades dos atravessamentos de gênero e sexualidade. Vale ressaltar que a criação do grupo não foi impulsionada apenas pelos desentendimentos com os monogâmicos negros no Afrodengo, mas também pelas experiências negativas em grupos de não monogamia mistos, nos quais observavam, explicitamente, dinâmicas e atitudes racistas por parte de não

5 Na análise, destacam-se as intrincadas interações que constituem a realidade social do grupo examinado. Focalizamos, principalmente, as postagens mais curtidas e comentadas, interpretando-as em relação ao impacto que cada uma exerce sobre os indivíduos e a interação como um todo. É fundamental dizer que as postagens analisadas no grupo não expressam homogeneidade de opiniões e tendências dos usuários. Portanto, nossas observações e afirmações não contemplam a totalidade dos posicionamentos dos indivíduos ali presentes.

6 A decisão por realizar as entrevistas individuais com os moderadores e fundadores do grupo, e/ou pessoas que estiveram presentes no início de sua criação, justifica-se pelo desejo de entender as motivações para a criação de um grupo do tipo e o que, na trajetória afetivo-sexual dos indivíduos, mobilizou-os a fundá-lo. Além disso, buscamos explorar, com mais profundidade, as experiências não monogâmicas desses agentes, para compreender por que essas pessoas negras escolhem a não monogamia; quais os principais desafios presentes na sua sociabilidade; e como é tornar-se não monogâmico. As entrevistas duraram, em média, duas horas e foram realizadas em um único encontro. Devido à pandemia de covid-19, foram feitas por meio do Zoom Meeting, ferramenta de videoconferência que permite fazer reuniões e eventos *on-line*. Todas as entrevistas foram cuidadosamente transcritas. Por fim, a análise, a interpretação e as inferências em torno das falas dos entrevistados são de nossa completa responsabilidade.



monogâmicos brancos.

Este artigo está estruturado em mais três partes. A primeira apresenta uma discussão teórica sobre “medo” no Ocidente e os sentidos atribuídos a esse sentimento na pandemia de covid-19 no Brasil. Em seguida, expomos como a não monogamia é entendida no universo investigado, explorando, sobretudo, as contradições e as negociações na definição êmica desse (não)modelo de relacionamento. Na terceira parte, debatemos a noção de “anarquia relacional” evocada por nossos interlocutores para legitimar a não monogamia e seus projetos, e o medo de não pôr em prática tal princípio devido às circunstâncias da pandemia.

2 Emoções em tempos de crise: o medo na pandemia de covid-19

O final do ano de 2019 e o começo de 2020 foram vividos com “normalidade” no Brasil. Fração significativa das pessoas não atentava ou dava importância para notícias sobre o que se passava do outro lado do mundo acerca de um vírus. Logo, no entanto, grande parte do globo sofreria da mesma enfermidade.

O novo coronavírus foi identificado pela primeira vez no último bimestre de 2019, na China, provocando alarde geral com velocidade e voracidade poucas vezes observadas. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) qualificou a covid-19 como uma pandemia, conforme dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2020). O vírus não tardou a chegar ao Brasil, e presenciamos de perto seu poder devastador. No Rio de Janeiro, em particular, em março de 2020, uma mulher branca que voltava de férias da Itália gerou o primeiro teste positivo do estado. Enquanto isso, no mesmo mês, morria a primeira vítima, uma mulher negra, trabalhadora doméstica de um rico bairro da Zona Sul.

Era fácil, para quem quisesse ver, que o vírus agia de maneira desigual. Isso acontece porque, como a antropologia da saúde já aponta há anos, doenças não são somente fenômenos biológicos; tanto suas causas quanto suas consequências estão indissociavelmente relacionadas a aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos (Das, 2020). Apesar de todos os corpos poderem adoecer, alguns o fazem mais que outros. No Brasil, isso ficou nítido, pois vários marcadores sociais da diferença⁷, como raça, classe, gênero e geração, entraram nessa equação (Stevanim, 2020a, 2020b).

⁷ Como propõe Marcio Zamboni (2014), entendemos que os “marcadores sociais da diferença” são sistemas de classificação que estruturam a vivência ao reconhecerem determinados indivíduos/grupos com certas categorias sociais. Esses marcadores – como raça, classe, orientação sexual, deficiências, gênero, geração, entre outros – não estão isolados, mas sobrepostos e articulados entre trajetórias de discriminações diversas, isto é, na experiência dos indivíduos, no discurso e na política, não caminhando sozinhas, mas implicando umas nas outras. Nesse sentido, “[...] a dinâmica de classificação e de articulação entre diversas formas de classificação é, portanto, uma questão fundamental para produção e reprodução de desigualdades sociais” (Zamboni, 2014, p. 17).



Durante a pandemia do novo coronavírus, os grupos mais afetados precisavam lidar, mais uma vez, com as disparidades sociais anteriores, aumentadas nesse momento de crise. Nesse sentido, Paul B. Preciado (2020, p. 4) declara que “[...] o vírus atua à nossa imagem e semelhança”; por isso, pode-se definir cada sociedade a partir da “[...] epidemia que a ameaça e pelo modo de organizar-se frente a ela”.

De fato, nesse período, o Brasil viveu um estado de crise generalizada – na saúde, na gestão, na economia, na sociabilidade – resultante da ação conjunta do vírus com os inúmeros crimes cometidos pelo ex-presidente Bolsonaro, relatados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (Melito, 2021). O novo coronavírus impactou todos os aspectos da vida, sem exceção, a ponto de ser chamado por João Biehl (2021), referenciando o antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950), como um “fato social total”.

Intimamente conectada a decisões políticas e interesses de mercado, a pandemia assola o mundo inteiro, desestabilizando conhecimentos e práticas biomédicas hegemônicas e revelando a precariedade dos sistemas de saúde pública, assim como a impotência profunda das redes de seguridade social e a fragilidade dos laços de solidariedade que imaginávamos estáveis. No meio de danos devastadores à saúde, à macro e microeconomia e ao próprio campo político, somos também confrontados com o impacto letal da devastação ambiental, com os limites dos nossos sistemas de prevenção e com as formas arraigadas de violência estrutural (Biehl, 2021, p. 339).

Em meio a esse quadro conturbado, produzem-se novas subjetividades; novas formas de se entender, lidar consigo e com o mundo. A partir dessa miscelânea de sentidos e sentimentos vivenciados nesse momento excepcional, uma emoção em particular se destaca, servindo como ilustração, motivo e resultado de inúmeras tramas e histórias: o medo, que nos leva a indagar o que tal sentimento tem a nos dizer sobre a pandemia da covid-19?

O sociólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2005), ao estudar essa emoção no meio urbano brasileiro, parte da hipótese de que o medo é uma construção social significativa. Para Koury (2005), em toda e qualquer forma de sociabilidade, ele encontra-se presente como uma das principais forças organizadoras do social.

O fenômeno do medo se coloca então como fundamental para se pensar os embates de configuração e processos de sociabilidades e de formação dos instrumentos da ordem e da desordem que desenham dialeticamente a ação dos sujeitos e grupos em relação. Processos que compreendem um jogo permanente de manutenção, conformação e transformação de ensaios sociais e individuais realizados enquanto redes de conflito que informam e formulam um social historicamente determinado (Koury, 2005, p. 246).

Em outros termos, o medo, enquanto emoção, é um fenômeno social e culturalmente construído. Para entendê-lo, é fundamental enfatizar o papel das normas culturais; valores e contextos sociais na formação da experiência; a expressão e a interpretação do medo e sua relação



com outras emoções. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o medo é influenciado por crenças culturais, práticas de socialização e os significados atribuídos a situações ou a objetos específicos que o evocam. Tal sentimento pode ser interpretado como um fenômeno social complexo que pode variar entre diferentes indivíduos e grupos (Koury, 2005).

Nas sociedades ocidentais modernas, com a ascensão da classe burguesa, como observa Jean Delumeau (2009), há uma consagração da valentia, da honra e da coragem, de modo que o medo é colocado como vergonhoso, um elemento a ser repreendido em favor do “orgulho”. Além disso, nota o autor, quando tal sentimento é descrito em grandes narrativas literárias e imagéticas, é frequentemente tratado como um estado emocional desagradável em reação a uma ameaça, a um perigo ou a um dano percebido, desencadeador de várias respostas fisiológicas e psicológicas, como aumento da frequência cardíaca, sudorese, estado de alerta elevado e forte desejo de escapar ou evitar a ameaça identificada.

Uma análise do medo, a partir de uma perspectiva contextualista da antropologia das emoções⁸, permite compreender que esse sentimento “[...] surge associado a noções de perigo e risco que ameaçam o indivíduo — seja pela sua integridade física, sua autoimagem ou sua posição social — ou de um determinado grupo social” (Rezende; Coelho, 2010, p. 36). Nessa mesma linha, Sarah Ahmed (2014) diz que o medo se relaciona com a possibilidade da perda e age como uma “política efetiva” de preservação do *self* e tudo o que ele inclui, como o “nós”, “a vida em si” ou “a vida como a conhecemos”. Entretanto, na mesma medida em que age a fim de preservar o que está incluído em uma ideia de *self*, o medo faz com que se enxergue o que está de fora como ameaça à vida em si, processo em que camadas profundas do indivíduo e da sociedade se revelam e se entrelaçam.

Assim, durante a pandemia de covid-19, notamos que o medo ganhou novos formatos e foi contido em novos e antigos objetos, com destaque para a morte, objeto antigo do medo que ganhou contornos particulares durante os anos turbulentos da crise sanitária global. De fato, a associação entre o sentimento do medo e o fenômeno da morte ou do morrer é corriqueira, uma vez que ambos costumam andar de mãos dadas nos caminhos da vida. As afirmações de Ahmed (2014) sobre o medo se relacionar à possibilidade da perda e agir para “preservação do *self*” nos levam a concluir

⁸ A novidade desta perspectiva é a apropriação da noção foucaultiana de discurso. A proposta teórica, cunhada por Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990), afirma que a emoção não se limita apenas a uma construção histórico-cultural; manifesta-se, exclusivamente, em um contexto específico, originando-se da relação entre os interlocutores e a ela sempre referida. Nesse sentido, como explicam Claudia Barcellos Rezende e Maria Cláudia Coelho (2010), é apropriado pensarmos numa “micropolítica da emoção”: a habilidade de encenar, fortalecer ou modificar as macrorrelações sociais que moldam as relações interpessoais. Desse modo, as emoções surgem impregnadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, visões de moralidade e delimitações de fronteiras entre os grupos sociais.



que a morte aparece como a perda última de si em diversas instâncias, ainda mais quando se trata de uma morte antecipada e inesperada.

O objeto de medo de uma pessoa diz muito sobre ela, seus projetos e sobre a sociedade em que vive⁹. Tanto os medos coletivos, a exemplo do temor de se contaminar com o novo coronavírus durante a pandemia, quanto os medos particulares, como o de uma pessoa não monogâmica de vivenciar o amor como ato afetivo centralizado única e exclusivamente em um indivíduo, na “entidade casal”, conforme ocorre em relações monogâmicas, têm o poder de nos contar a história de um tempo e de um lugar. Isso acontece porque, dentre outros fatores, o sentimento em questão mantém uma relação direta com seu objeto. Diferentemente da ansiedade, por exemplo, que se define pela ausência de objeto, o medo, seja no passado, no presente ou no futuro, de perto ou de longe, relaciona-se com o objeto temido. Pode-se afirmar, por isso, uma forte vinculação com o tempo e com o espaço.

O medo responde ao que está se aproximando mais do que ao que já está aqui. É a ‘futuridade’ (*futurity*) do medo que torna possível que o objeto do medo, mais do que nos abordar, passe por nós. No entanto, esse passar pelo objeto do medo não significa a superação do medo: a possibilidade da perda do objeto faz o que dá medo tornar-se ainda mais amedrontador. Se o medo tivesse um objeto, então ele poderia ser contido em um objeto. Quando o objeto do medo ameaça passar por nós, então o medo não pode ser contido em um objeto. O medo, em sua própria relação com um objeto, na própria intensidade de sua orientação para esse objeto, é intensificado pela perda de seu objeto. Podemos caracterizar essa ausência como sendo ‘não tão presente’, diferente da ansiedade, em que [o objeto] não está em lugar nenhum (Ahmed, 2014, p. 65, tradução nossa)¹⁰.

Ao longo da pandemia do novo coronavírus, verificamos, na vida cotidiana de nossos interlocutores, exposta em suas narrativas emocionais, as insistentes marcas dos elementos mencionados, bem como a intensificação do medo e de seus semelhantes, como o pânico e a ansiedade. O medo saltou aos olhos e deu palco à grande parte das histórias pandêmicas. Muitas foram as narrativas que mostravam temor ao vírus, à doença, à morte, ao encontro com outras pessoas, ao isolamento, à solidão, à incapacidade de realizar metas ou de viver a vida que imaginou para si e de seguir seus ideais.

9 Adotamos, aqui, o conceito de “projeto” desenvolvido por Gilberto Velho (1999), que está intrinsecamente relacionado à compreensão das trajetórias individuais e coletivas no âmbito social. Para o autor, o “projeto” refere-se à construção ativa e dinâmica que os indivíduos realizam em suas vidas, orientando-se por objetivos, valores e significados socialmente influenciados. Essa abordagem reconhece a complexidade das escolhas e estratégias adotadas pelos sujeitos ao longo do tempo, considerando o contexto cultural e histórico. O “projeto” não implica uma linearidade previsível, mas sim um processo de negociação contínua com as contingências sociais, as transformações mais amplas e as possibilidades que surgem ao longo da existência.

10 “Fear responds to what is approaching rather than already here. It is the futurity of fear which makes it possible that the object of fear, rather than arriving, might pass us by. But the passing by of the object of fear does not mean the overcoming of fear: rather, the possibility of the loss of the object makes what is fearsome all the more fearsome. If fear had an object, then fear could be contained by the object. When the object of fear threatens to pass by, then fear can no longer be contained by an object. Fear in its very relationship to an object, in the very intensity of its directedness towards that object, is intensified by the loss of its object. We could characterise this absence as about being not quite present rather than, as with anxiety, being nowhere at all.”



Em especial, entre os não monogâmicos de nosso estudo, ouvimos sobre o medo de “voltar a ser monogâmico”. Esse formato do medo não anula os anteriores, há uma mistura e uma tensão entre eles, assumindo-se um sentido intrigante: o de voltar a ser aquilo que se procurou rejeitar durante algum tempo – “ser monogâmico” –, que compreenderia a anulação de certos aspectos éticos operados para se afastarem dos efeitos da “nuclearização do casal”, considerado por eles o pilar da monogamia¹¹.

Nesse sentido, observamos o entrelaçamento e a aparente tensão entre o medo da morte por contaminação do vírus da covid-19 e o medo do retorno à monogamia e “seus valores”. No momento da pandemia, para muitos de nossos interlocutores, parecia não haver muitas alternativas. O desamparo pandêmico enfrentado no Brasil lançava as pessoas à própria sorte e, em muitos momentos, elas se viram compelidas a escolher entre duas possibilidades de perda: dos seus projetos de indivíduo e de mundo ou da vida; em algum sentido, duas formas de perder-se de si.

3 Não monogamia e as costuras de si

Nas entrevistas realizadas com as pessoas fundadoras do grupo Afrodengo – Amores Livres, foram ressaltadas diversas vezes o que se entendia como “relacionamento saudável”. Houve um diálogo em especial que foi marcante, com Ayo – 28 anos, mulher cis, bissexual. Ela, didaticamente, falou de uma situação para exemplificar aquilo que não é saudável e como, contrário a isso, os não monogâmicos que conhecia buscavam vínculos mais benéficos.

Em seu último relacionamento monogâmico, as coisas não iam bem, havia inúmeros conflitos com o seu parceiro. Apesar de ela e ele reconhecerem que a melhor alternativa era o término, levavam a relação adiante, pois *“havia uma história que merecia ter continuidade”*. Porém, as coisas só foram piorando, e, em vez de darem um fim com um diálogo franco e sincero para, justamente, respeitarem uma trajetória significativa de afeto, resolveram prosseguir por meio do famoso jargão “o amor supera tudo”, então, falavam pouco de suas necessidades e se omitiam sobre o que não gostavam, comunicando-se em todo o tempo nas entrelinhas. Bem, o amor não superou a crise da relação. Ambos se interessaram por outras pessoas e se relacionaram com elas, quebrando o principal pacto da monogamia: a fidelidade – exclusividade afetivo-sexual.

Ela e o companheiro saíram extremamente magoados do relacionamento, pararam de se falar e se afastaram; jogaram fora exatamente o que queriam preservar: a história da relação,

¹¹ Nossos interlocutores entendem que a monogamia tem como elemento central a exclusividade afetivo-sexual, sustentada na figura do casal nuclear. Sendo assim, entendem que a “nuclearização do casal” faz referência à ideia culturalmente disseminada e normativa de que a estrutura monogâmica do casal, composta por apenas dois parceiros exclusivos, é a norma ou ideal socialmente aceito. Em muitos casos, pode levar à hierarquização de relacionamentos, em que o parceiro romântico é visto como mais importante do que outras relações, a exemplo das amizades.



os vínculos e as redes com terceiros, principalmente familiares de ambas as famílias, e a “consideração” desenvolvida um pelo outro. No entanto, como Ayo mesmo se perguntou, em vez de se machucarem, não teria sido melhor que tivessem encerrado a relação dizendo a verdade sobre o que sentiam, mesmo que isso fosse afligi-los momentaneamente? Ela reconhece que o diálogo não ocorreu pelo fato de se verem como dependentes emocionalmente e de cultivarem a ideia de “grande amor da vida”, entendendo-se que não encontrariam um amor como o deles. O receio de ficar sozinhos os motivou a fazer dar certo e, com isso, testaram os próprios extremos, desgastando-se por completo na tentativa de não deixar que o relacionamento terminasse.

Parte dos sujeitos com quem conversamos, incluindo Ayo, entendiam que, na monogamia, há um desequilíbrio constante entre os envolvidos por conta do não alinhamento de expectativas e devido à falta de diálogos mais honestos. Para eles, as relações monogâmicas funcionam no automático com a presença de garantias e tratos fixos. Isso ocorre em virtude de os acordos serem prontos e preestabelecidos: se alguém anuncia estar namorando, prontamente deduzem-se os valores que irão guiar essa relação, o que pode ou não ser feito e o que é esperado dos envolvidos. Desse modo, compreende-se que definições ou diálogos não são mais necessários; os tratos mais rígidos, a comunicação e o debate de ideias são tidos como um estado de emergência apenas trazido para resolução de contratempos, não como algo necessário para repensar constantemente a relação e a sua estrutura.

Para eles, as exigências predefinidas e as regras preexistentes na monogamia limitam a liberdade individual, bem como abrem-se poucos caminhos para o desenvolvimento da chamada “autonomia afetiva”, que consiste em deliberar sobre si e, seguidamente, comunicar-se, sem delegar as decisões sobre os próprios anseios e desejos ao outro. Essa regulação faz com que os indivíduos submetam suas vontades às dos outros, devido à estruturação do próprio arranjo, como, por exemplo, deixar de fazer certas coisas pelo fato de os tratos da relação não permitirem ou isentarem-se da comunicação para não quebrar as expectativas do outro e magoá-lo. Então, as regras da monogamia são interpretadas como algo restritivo, que inibe o diálogo e a sinceridade, para não abalar os acordos centrais da relação.

Já para a construção e a elaboração da não monogamia, de acordo com os interlocutores, é necessário, antes de tudo, reconhecer um caminho aberto a ser percorrido, pelo qual os parceiros, sem um roteiro predefinido, por meio do diálogo, vão procurando o que é melhor no decorrer da relação amorosa. Esse “melhor” vai sendo reformulado e posto em questão continuamente. Assim, por acreditarem que estão reconfigurando os modelos relacionais preexistentes, entendem não haver parâmetros fixos a serem seguidos, modos de agir ou se portar nas relações. Considera-se



que, em caso de tratos e acordos, eles não são inamovíveis e fechados, mas flutuam conforme as circunstâncias, o contexto e o momento de cada relacionamento.

Nessa perspectiva, viver uma relação amorosa não monogâmica exige dos sujeitos um artesanato, um intenso trabalho pessoal, desenvolvido mediante várias oficinas. Desse modo, muitos afirmam que a construção de um saber sobre suas questões não provoca, obrigatoriamente, a concretização de um “saber fazer” com elas. Conhecer os valores que caracterizam a monogamia e a maneira pela qual eles “agem estruturalmente” não é suficiente para transformar-se ou desfazer-se de certas atitudes. Então, em conformidade com tais ideais, por mais que se tenha como horizonte alguns preceitos básicos, é necessário experienciar a não monogamia e seus desdobramentos no cotidiano, verificando-se o que essa organização vai exigir dos envolvidos em termos de repensar o comportamento.

Trata-se de um processo que compreende que a construção do saber fazer é muito mais profunda, demorada e imprecisa, que qualquer tipo de “restrição monogâmica” não desaparecerá de modo instantâneo, exatamente por ser algo reconhecido por eles como estrutural. Consideram que estar consciente diante de alguns sintomas e comportamentos pode ocasionar mais problemas aos sujeitos pela eventual condição de impotência com a qual estão habituados a enfrentar. Por esse motivo, a ideia de construção artesanal da não monogamia faz alusão à ideia de oficina. Reparemos que essas palavras expressam, em comum, a ideia de manuseio, de mão na massa, que exige muito mais o esforço, a boa vontade, a dedicação e a experiência dos atores envolvidos em um determinado relacionamento amoroso para “desconstruir”, ao máximo, alguns de seus modos.

Assim, por um lado, esses sujeitos podem se reconhecer na produção de seus relacionamentos, alcançando um processo mais humanizado das práticas não monogâmicas a partir de suas experiências, em vez de idealizar esse arranjo; por outro lado, há o reconhecimento de ser um engano a noção de que somente a elaboração de um saber prévio, mediante a idealização das exigências críticas da não monogamia, é satisfatória para conceber o processo almejado de “desconstrução” de uma conduta julgada antiética para esse modo de se relacionar.

Em tal situação, eles concordam que as características da monogamia estão presentes e que somente reconhecê-las de modo consciente não significa eliminá-las da não monogamia. Portanto, as condutas problemáticas que aparecem nessas relações amorosas são aquelas advindas da manutenção das características monogâmicas, que não podem ser consideradas totalmente resolvidas quando se adentra esse modelo de relação, exatamente para evitar idealização da não monogamia e do percurso enfrentado nela. Os sujeitos verificam que a ética não monogâmica é um caminho árduo, difícil e lento, justamente por interpretarem que não há, nesse arranjo, um universo



com manuais de instruções ou cartilhas de regras, o que exige, substancialmente, um lidar consigo de modo contínuo. Sobre isso, Aziza – 32 anos, mulher cis, bissexual –, comentou:

Não monogamia não é fácil não, hein, galera. É muito mais difícil pelo fato de termos que lidar com muitos processos e atravessamentos que estão enraizados em nós, é estar disposto a trabalhá-los e isso nos traz dor. Dor e, ao mesmo tempo, liberdade. Mas o preço é um tanto caro e, sendo assim, esse processo não pode ser romantizado, até porque muitas pessoas desistem, como eu mesmo vi. Ser não monogâmica é trabalhar constantemente a si mesma, é problematizar tudo aquilo que é normativo, é ter permanentemente certo desconforto em relação ao mundo que nos cerca (Afrodengo – Amores Livres, 2020).

O comentário de Aziza sintetiza a discussão sobre vivenciar a não monogamia e trabalhar a si mesmo. Para ela, ao se proporem a esse arranjo, as pessoas envolvidas reconhecem as suas próprias limitações e as desmistificam, o que demonstra que não se trata de um trajeto simples de “estar consciente” e que muitas pessoas sofrem com essa escolha, sobretudo no início da fase de transição de um modelo de relacionamento para outro – que não ocorre de modo linear e homogêneo. De acordo com Jafari – 32 anos, homem cis, pansexual –, outro de nossos interlocutores, a relevância desse posicionamento está em ajudar as pessoas a entenderem melhor os desafios da não monogamia, de ser não monogâmico antes de optarem por esse modelo de relação. Para ele, esse tipo de fala aparece como um sinal de atenção, não um aviso para que outras pessoas não se aventurem, o que seria mais justo se comparado com seu avesso, apresentando uma visão mais realista e menos romantizada.

Com efeito, esses enunciados evocam dois conceitos que colaboram para entendermos a não monogamia enquanto um processo: o de “trabalho emocional”, desenvolvido por Arlie Russell Hochschild (2013), e o de “artesanias dos afetos”, elaborado por Geni Núñez (2021). O primeiro propõe a perspectiva de “gerenciamento de emoções” como uma lente através da qual se pode inspecionar o *self*, a interação e a estrutura social. Hochschild (2013) argumenta que as emoções estão, muitas vezes, sujeitas a atos de gestão. Quer dizer, as pessoas trabalham para induzir ou inibir sentimentos de modo a torná-los “apropriados” a uma situação. O trabalho emocional seria, então, necessário para lidar com as regras/normas sociais dos sentimentos em contextos de interação social.

A título de exemplo, nossos interlocutores efetuam um trabalho emocional em torno do sentimento de ciúme. Considerando essa noção de Hochschild (2013), o ciúme pode ser entendido, no universo pesquisado, como um sentimento que deve ser “desaprendido”, como forma de crítica às relações monogâmicas. Enquanto “ato de tentar mudar em grau ou qualidade, uma emoção ou um sentimento” (Hochschild, 2013, p. 184), o trabalho emocional sobre o ciúme, entendido como elemento central da monogamia pautada pela lógica de exclusividade afetivo-sexual, toma-o



como objeto de reflexão e superação. Podemos entender esses esforços de “desaprender” o ciúme como um trabalho emocional por meio do qual as pessoas não monogâmicas buscam ajustar o que sentem em certos contextos de interação. Não se trata apenas de não expressar ciúme, mas de tentar mudar o sentimento, articulado a um projeto moral e político de construção de uma relação não monogâmica que não “romantiza” ou naturaliza tal sentimento.

Já a noção de artesanania dos afetos compreende que não há possibilidade de existir apenas uma não monogamia, mas sim a configuração singular de cada vínculo, pois cada encontro é único. À vista disso, as pessoas procuram tramar significados que, de alguma maneira, acolham suas existências, o que é uma tarefa desafiadora e, simultaneamente, entendida como potente. Embora, como argumenta Núñez (2021), diante desse movimento, os sujeitos se sintam perdidos na ausência de uma orientação pronta, experimentando sensações de desorientação, confusão e receio na não monogamia, ao reconhecerem o tempo de suas existências, forjam, em paralelo, seus próprios percursos e sentidos, sempre temporários e “[...] com os poros abertos aos suspiros do mundo” (Núñez; Oliveira; Lago, 2021, p. 85).

Nesse sentido, segundo relatos dos sujeitos da pesquisa, a não monogamia não visa criar e estabelecer estruturas relacionais rígidas, mas deixar em aberto as possibilidades do relacionamento. *“É a construção de algo diferente do padrão de se relacionar. Não tem padrão. É passando por cima de coisas, pensando sobre essas coisas que a gente vai construindo as nossas relações e os nossos afetos”*, disse Anikulapo – 43 anos, homem cis, heterossexual. Entretanto, a ausência de “garantias mais fixas” pode trazer incertezas, conflitos internos e indefinições, mas é isso que, para essas pessoas, preserva a liberdade, entendida com uma abertura ao futuro, como um “não controle” do que está por vir, o que faz os indivíduos se proporem, permanentemente, a atitudes reflexivas para desenvolver “maneiras mais saudáveis” de se relacionar no presente.

Diante desses elementos, notamos a valorização de uma espécie de “devir” e de “não enquadramento”. A escolha do termo “não monogamia”, pelos participantes da pesquisa, reflete o desejo de não estabelecerem uma estrutura específica de vínculo, estando receptivos a diversas alternativas, mantendo uma “flexibilidade” e se afastando de padronizações que evitam limitações e associações a categorias conceituais e relacionais predefinidas. Portanto, a designação “não monogamia” é imprecisa; é capaz de abranger uma variedade de práticas e ideais (Pilão, 2022). Por exemplo, adotá-la possibilitaria às pessoas transitarem entre relações poliamorosas, livres, abertas, entre outras, conferindo-as uma sensação de maior flexibilidade e autonomia do que se optassem por uma única forma de relação.

Por outro lado, os não monogâmicos negros ora se afirmavam assim pela possibilidade de



trânsito entre as diversas práticas relacionais, ora por entenderem que adotar somente uma delas os faria incorporar o elemento de uma “cultura eurocêntrica”. A fala de Danso – 38 anos, homem cis, heterossexual – elucida isso:

Eu não tenho muito esse hábito de ficar me rotulando, não, até porque esses conceitos são todos conceitos da Europa, né, cara? São todos conceitos embranquecidos. Eu gosto muito mais das possibilidades de você ver pessoas que se comportam a partir daquilo que está sentindo ali na hora, mais aberta e sem fixações. O termo ‘não monogâmico’ já é uma coisa mais aberta, que me deixa mais confortável. É uma forma de sinalizar para as pessoas que eu sou contra aquilo, sou contra a monogamia. Reivindicar conceitos como poliamor, entre outros, é operar com o eurocentrismo. Eu acho que é limitador entrar numa relação com um monte de definições na cabeça, ‘ah, para o relacionamento dar certo, tem que ser assim e assado’. Eu acho que isso é um limitador que impede a gente de viver experiência, e eu acho que a experiência é muito mais importante.

Ou seja, classificar-se mediante as “caixinhas relacionais” é enquadrar-se e limitar-se a definições eurocêntricas de arranjos afetivo-sexuais. Boa parte dos interlocutores entendem que a não monogamia é a negação de algo colonial, que é a monogamia imposta pela cultura judaico-cristã. Sendo assim, não faz sentido continuar mobilizando definições como “poliamor”, “*swing*” etc., pois seriam percepções importadas de um contexto ocidental, adotadas, majoritariamente, por pessoas brancas de classe média, que não dialogariam com a realidade de negros brasileiros, e são, portanto, “percepções embranquecidas”, como destacado por Danso.

Não por acaso, enquanto desenvolvíamos este artigo, uma das fundadoras do Afrodengo – Amores Livres, Naomi Luz – 40 anos, mulher cis, bissexual –, alterou o nome do grupo para Afrodengo – Não Monogamia. O curioso é que, em sua fundação, no dia 25 de fevereiro de 2018, o grupo recebeu, no primeiro momento, o nome Afrodengo Poliamor, sendo modificado em junho do mesmo ano. Conforme os moderadores, a categoria “poliamor” não contemplava os integrantes e, por isso, optou-se por “Amores Livres”, uma denominação mais ampla e geral, que abarca os vários modelos relacionais não monogâmicos¹².

Supomos que essa nova mudança, dando ênfase ao termo “não monogamia”, dialoga não somente com o que descrevemos anteriormente, mas também com a popularização e a circulação do debate acerca do assunto nos últimos cinco anos no país, de um modo geral, principalmente nas plataformas digitais (Gonçalves, 2022).

Entre meados da primeira e da segunda décadas do milênio, como é possível observar

12 De outro modo, em concordância com Silvério (2018), diríamos que a escolha por “Amores Livres” também é uma forma de muitas pessoas se identificarem, por não serem capazes de designar uma maneira específica de conceber suas relações.



através das pesquisas de Mônica Barbosa (2011) e Antonio Pilão (2012), os arranjos eram reivindicados de modo mais particularizado e havia permanentes tensões entre eles, a exemplo do conflito entre poliamor e Relações Livres (RLi) e a contestação radical desses dois – embora permeada por ambiguidades –, do *swing*, do relacionamento aberto e da poligamia. Todas as disputas e os confrontos suscitados entre esses arranjos contribuíram, contraditoriamente, para a diminuição de sua utilização como forma de as pessoas se reconhecerem e nomearem-se no interior de uma relação específica.

Isso resultou no aumento da utilização, no âmbito das identidades individuais, da categoria comum “não monogamia”, que, dentre outras coisas, é mais abrangente que as demais e não sobrepõe a dimensão afetiva à dimensão sexual (Pilão, 2021). Em outras palavras, o uso desse termo como uma identidade é relativamente recente e manifesta-se devido à popularização das categorias mencionadas anteriormente e da produção de diferenças entre elas.

Assim como qualquer outra identidade, a não monogâmica emerge de uma gama de respostas instáveis às forças culturais maiores e em oposição a outras identidades, sendo apenas mais uma dentre tantas outras disponíveis para mobilização política de si de modo mais amplo¹³. Falar de uma “identidade”, nesse contexto, não tem relação com homogeneidade ou ausência de conflitos. Embora se use “não monogamia” como termo comum e unificado, os conflitos permanecem, com outras ênfases, adjetivos e aparências. Tal categoria assume, portanto, um sentido polissêmico, referindo-se, muitas vezes, a grupos de pessoas interessadas em relações não exclusivas.

Como observado em nossos dados, as pessoas negras elegem a categoria “não monogamia” como fuga ao estigma dentro do próprio grupo de não monogâmicos. Se ela expressa trânsito, é, também, utilizada como uma forma de se manter em silêncio quanto às preferências pessoais, para evitar julgamentos externos; permite um não ter que falar sobre e querer se esquivar de certos debates, para não se sentirem envergonhados ou “menos não monogâmicos” que os demais.

Isso se dá porque, paralelamente, observamos a concepção da ruptura com a monogamia sendo entendida como um procedimento de avanço pessoal e/ou social. Entre as pessoas com quem dialogamos, não são incomuns as falas que seguem nessa direção, mencionando diversos “níveis” de maturidade e a aspiração de progredir para outras “fases” da relação não monogâmica. Então, se dizer não monogâmico seria uma forma de respeitar processos e estágios pessoais, de acordo com

13 Aqui, interpretamos a noção de identidade atrelada ao conceito de segurança ontológica, desenvolvido por Anthony Giddens (2002), para quem o mundo moderno é caracterizado por rápidas mudanças sociais, incertezas e erosão das estruturas tradicionais, que impactam a subjetividade dos sujeitos e produzem, incessantemente, inúmeras angústias pessoais. Assim, a segurança ontológica torna-se crucial, pois se refere à necessidade de os indivíduos buscarem formas para contrabalançar os efeitos desorientadores da vida moderna. A apropriação de identidades individuais seria uma delas, permitindo aos sujeitos terem a compreensão estável e previsível de si mesmos e do mundo ao seu redor.



o momento e a realidade material, em direção a práticas mais “evoluídas”, ao mesmo tempo que, publicamente, por uma questão de agenda política, não tenha que assumir certos relacionamentos vistos no contexto como “não monogamia com *glitter*”¹⁴.

Diante dessas explicações, inferimos que, ao se associarem à não monogamia, os indivíduos abarcam práticas, moralidades e conceitos diversos sob uma única terminologia, vendo-se diante de disputas, adjetivando e hierarquizando suas diferentes manifestações. O objetivo, frequentemente, é diferenciar a não monogamia mais ou menos “política”, a mais ou menos “livre”, a mais ou menos “ética”. No grupo aqui investigado, a mais ou menos “embranquecida”.

Todavia, nisso também reside a contradição: a categoria “não monogamia”, entre eles, é interpretada como fluida, mas, ao mesmo tempo, cria os seus próprios marcos e enquadramentos. Quer dizer, a procura pelo “não modelo” efetuada pelos afrodengosos, apesar de preconizar o distanciamento de padronizações, acaba por reconhecer e estabelecer as formas ideais de não monogamia, de um lado, e abjetas, de outro, sendo eles vigilantes de manifestações não “saudáveis” de se superar a monogamia, como já comentado. Esses elementos nos levam a concluir, conforme também observado por Pilão (2022), que as relações não monogâmicas estão em permanente processo de renovação devido às diversas negociações e agendas que vêm se desenhando ao seu redor.

De fato, como veremos no tópico a seguir, a noção de “anarquia relacional” parece ser mobilizada pelos afrodengosos como um princípio “político” ideal para a não monogamia, por acreditarem romper mais efetivamente com pressupostos monogâmicos que manteriam um casal prioritário – que estabelece acordos restritivos e hierarquias entre relacionamentos. Entretanto, alguns impasses e angústias quanto à concretização desse princípio emergiram, por exemplo: como não priorizar um determinado vínculo afetivo quando se está em uma pandemia de covid-19? Como indagado, retoricamente, por uma interlocutora no grupo, “*diante disso, estaria eu sendo monogâmica?*”.

4 Entre o medo da morte e o medo da monogamia: a anarquia relacional entre os não monogâmicos negros durante a pandemia de covid-19

As pessoas participantes da pesquisa faziam questão de ressaltar que a não monogamia tem mais a ver com o rompimento da necessidade do pacto de exclusividade e de controle sobre

14 Muitas pessoas que fazem *swing* e/ou têm relacionamento aberto são acusadas de serem monogâmicas. Isso porque, embora sejam modelos relacionais distintos, carregariam consigo a ideia de que o afeto permanece na célula do casal monogâmico, ou seja, do ponto de vista amoroso, afirmam-se monogâmicos, acreditando-se que há um único amor possível e que só se ama uma pessoa por vez (Ferrer, 2018; Silvério, 2018; von der Weid, 2010).



a autonomia do outro do que se relacionar com várias pessoas afetivo-sexualmente. Oluwadolupo – 32 anos, mulher cis, bissexual –, fundadora do grupo Afrodengo – Amores Livres, comentou:

Ficar com pessoas, ter sexo e pegação é uma consequência que pode existir ou não em uma relação não monogâmica. É claro que é importante e precisamos desmoralizar isso, mas há pessoas que não se relacionam com ninguém, por exemplo. Diz mais respeito à forma como nós vemos o mundo, o modo como procuramos respeitar a nossa liberdade e autonomia e a do próximo, como queremos nos conectar de maneira geral.

Esse apontamento é, ao mesmo tempo, uma forma de contrariarem acusações de monogâmicos negros sobre a não monogamia, na prática, restringirem-se a “sair transando com várias pessoas por aí” e uma maneira de fugirem do estigma social por parte da sociedade, ao quebrarem com a norma ideal de relacionamento amoroso. Aliás, essa postura é similar ao que Brigitte Vasallo (2022) argumenta sobre relações não monogâmicas. Para ela, a desarticulação da monogamia não ocorre com o aumento do número de relações sexuais ou por haver paixão por mais pessoas simultaneamente, mas sim quando se constroem relacionamentos de uma forma diferente. “Para falar de relacionamento não monogâmico é preciso ir além da multiplicidade. Não é o que ou quanto: é como” (Vasallo, 2022, p. 41).

Como afirmamos na introdução, a pandemia interferiu nas dinâmicas amorosas, especialmente devido aos decretos dos estados e municípios brasileiros, determinando distanciamento físico até que fosse desenvolvida e disponibilizada a vacina à população. Nesse período, os não monogâmicos entrevistados afirmaram que foram alvos de piadas e perguntas embaraçosas por parte de amigos e familiares. Como, para eles, assim como no senso comum, esse arranjo é reduzido a relações sexuais, surgiam perguntas sobre como estava sendo esse momento e se voltariam a ser monogâmicos, visto que ou ficariam sozinhos ou ficariam apenas com uma pessoa. Um deles, em uma conversa informal pelo WhatsApp, comentou em áudio:

Eu comecei logo a ficar irritado, só por suporem que, pela pandemia, nós, não monogâmicos, ficamos desesperados, já que, para esse pessoal, nós temos que a todo tempo se envolver com várias pessoas, que somos mal resolvidos, que temos que beijar várias bocas e tal. Você sabe, né? Ai ficam nessa chatice, ‘e, agora, com a pandemia, o que você vai fazer?’. É como se não pudéssemos ficar tranquilos, sozinhos, ou até mesmo com uma pessoa ou mesmo conversando com nossos crushes e contatinhos de longe. É como se a gente precisasse a todo tempo de outra pessoa, ou como se não monogamia se reduzisse a isso, a estar com outras pessoas ou com vários parceiros.

Diante desse relato, perguntamo-nos: qual foi o impacto da pandemia na vida afetiva desses sujeitos não monogâmicos? Uma coisa é certa: ao menos parte dos entrevistados escolheu estar com uma pessoa, apesar de afirmar, como vimos na citação, que não é porque são não monogâmicos que não sabem ficar sós, “sem ninguém”.

Devido à limitação a frequentarem espaços físicos de encontro e ao contato com outras



parcerias, pelo medo da contaminação, da morte e/ou da responsabilidade de se levar a doença para terceiros, muitos deles se aproximaram ainda mais da pessoa com quem estavam se relacionando com mais frequência antes da pandemia, desenvolvendo uma predileção afetiva explícita por ela. Resolveram, então, consolidar um vínculo, ou, por estarem mais próximas em termos geográficos de uma pessoa qualquer com quem “ficavam”, deram preferência a ela, construindo uma relação amorosa inesperada. Houve, também, outros tipos de arranjos que tendiam a centralizar as relações, estabelecendo uma “vida de casado” ou “namoro” jamais imaginados.

O problema é que, para nossos interlocutores, esse movimento estabelecia, mesmo que indiretamente, uma hierarquia afetiva em relação a outros amores, já que uma dessas pessoas se tornou o centro de suas vidas afetivas no interior de um espaço físico privilegiado. A primeira pergunta que nós fizemos diante dos dados coletados foi: se a não monogamia não é sobre quantidade, tais como esses sujeitos negros afirmam, por qual razão ficar com uma só pessoa na pandemia gera incômodos? Por que se sentiam tão intrigados e com medo disso? De imediato, respondemos: o temor não é de estar só com uma pessoa, mas de centralizá-la e hierarquizá-la, em um contexto excepcional, no que diz respeito aos demais sujeitos, grupos e relações que fazem parte da vida do indivíduo, o que implica processos outros do trabalho de si, inclusive não sexuais.

É necessário, portanto, acrescentar-se outro incômodo: os afrodengosos argumentam que a monogamia não se trata somente de exclusividade e perda de autonomia, mas, fundamentalmente, de hierarquias. Nesse caso, talvez devêssemos retomar o enunciado no título deste trabalho – “Tenho medo de voltar a ser monogâmica” – para entender tal ponto, fundamental para o princípio de anarquia relacional tão difundido no grupo¹⁵.

Conforme explicam Lisa Daw Hamilton, Carm De Santis e Ashley E. Thompson (2021), basicamente, a anarquia relacional pode ser entendida como uma prática que atribui igual importância a todas as relações na vida do indivíduo, sem privilegiar aquelas que envolvem componentes românticos ou sexuais. Janet W. Hardy e Dossie Easton (2020) afirmam que se trata de um “estilo de relacionamento” através do qual os participantes decidem não estabelecer hierarquias em suas relações, fundamentando-se no consenso mútuo entre seus membros.

Anarquistas relacionais, de acordo com Gonçalves (2022, p. 26), “[...] advogam pelo livre exercício afetivo e sexual e pela desierarquização das relações”, apresentando-se como uma opção que contesta toda forma de autoridade para favorecer cada vínculo como singular e independente.

15 O enunciado “Tenho medo de voltar a ser monogâmica” foi trazido por Ayo, em nossa entrevista. Antes de prosseguir, vale destacar uma contradição: conquanto alguns interlocutores destaquem a importância de se repensar categorias “importadas”, advindas de uma “cultura euroamericana”, a noção de “anarquia relacional”, enquanto conceito, foi elaborada por Andie Nordgren, uma jovem *queer* sueca que publica, em 2006, o *Breve manifesto instrucional para a anarquia relacional* (Silvério, 2018).



Entre eles, defende-se a descentralização dos afetos de uma única fonte, uma vez que se percebe que, na monogamia, as pessoas são ensinadas a fazer de um só indivíduo, nesse caso a parceria, a única garantia de suporte emocional. Quanto ao sentimento amoroso, preconiza-se que o amor deva ser experimentado sem a imposição de um modelo contratual de união, ou seja, sem diretrizes que determinem o que é permitido ou não em um espaço afetivo.

A anarquia relacional, como o próprio nome sugere, possui relação com a filosofia anarquista – e isso não significa que todos os seus adeptos sejam anarquistas. Compreende-se, entre os anarquistas relacionais, um esforço pela horizontalidade na construção dos vínculos afetivos, partindo da crítica às hierarquias relacionais. Nessa direção, a AR reconhece o caráter único de cada relação e a autonomia do sujeito como um de seus princípios básicos (Tebexreni, 2022, p. 23).

Segundo Constanza María Ferrario (2018), a anarquia relacional desafia a concepção de que o amor é um recurso escasso que só pode ser autêntico se limitado a um casal. A perspectiva é de que as pessoas têm a capacidade de sentir amor por mais de uma pessoa e em mais de uma relação, sem que o amor por uma diminua o sentimento por outra. Além disso, as relações não podem ser classificadas por ordem de valor ou comparadas, pois cada pessoa proporciona uma conexão singular. Os vínculos não são estabelecidos, antecipadamente, em vínculos afetivos, amorosos ou sexuais, pois seus praticantes não consideram necessário estabelecer distinções formais entre diferentes tipos de relacionamentos. Por outro lado, os anarquistas relacionais reconhecem que cada elo é particular e não pode, nem deve, ser enquadrado em nenhuma categoria.

Nesse sentido, a premissa central é remover da sexualidade “[...] a qualidade de critério central para a definição da intimidade, do amor e de hierarquização das relações” (Silvério, 2018, p. 110). Assim, todas as pessoas e os vínculos, independentemente de serem amorosos, sexuais, laborais, familiares ou eventuais, devem ser considerados como igualmente importantes. O objetivo é possibilitar que as diversas relações formadas ao longo da vida dos indivíduos possam se desenvolver de forma livre, fluida, autônoma e espontânea. Nesse contexto, questiona-se por que apenas um tipo de vínculo merece ser rotulado como “amoroso” em meio a essa ampla teia de relacionamentos.

Silvério (2018) aponta que existe uma dificuldade, entre os próprios não monogâmicos, em reconhecer que os laços com pessoas que reivindicam a anarquia relacional também podem ser intensos, profundos e comprometidos. Devido ao fato de não se regerem por regras ou obrigações e darem extrema importância a princípios como não hierarquização e autonomia, tendem a ser vistos como sujeitos “desinteressados em estabelecer compromissos ou despertam dúvidas acerca do que realmente sentem ou querem com as parcerias” (Silvério, 2018, p. 111).

Com efeito, em nossos dados, constatamos que, diferente de como observado nas pesquisas



citadas anteriormente, a anarquia relacional aparece como “princípio político” na prática da não monogamia e não como um arranjo ou modelo afetivo. Primeiramente, é importante dizer que, para os afrodengosos, na monogamia, os desejos são regulados e administrados para serem direcionados a pontos bem específicos, separadamente: amizades, família e parcerias sexuais. Segundo eles, em cada um desses grupos, regula-se o quanto se pode “amar” conforme a hierarquia estabelecida. Contudo, as parcerias sexuais recebem um protocolo de exclusividade afetiva ainda mais rígido em tal dinâmica.

Contrários a isso, ao reivindicarem a anarquia relacional, buscam a ausência de “designações prévias” e organização pautada na centralidade de relações, procurando abolir as características entendidas como hierárquicas por conta da centralidade em um núcleo afetivo. Eles se empenham na extinção da comparação e da classificação entre os relacionamentos de maneira geral, valorizando-se a conexão entre os indivíduos. Entende-se que o tempo é primordial para o desenvolvimento da intimidade, mas ele não deve determinar qual relação é mais profunda e especial. No fim, compreende-se que as conexões estabelecidas com as pessoas têm algo singular a proporcionar e, precisamente por isso, não merecem ser hierarquizadas ou classificadas. Com isso, busca-se evitar violências para pessoas que não fazem parte do núcleo do casal, como a sensação de poder ser descartada a qualquer momento; o preterimento afetivo; o ver-se como secundária e sem importância; a desconsideração de seus sentimentos.

O que nossos interlocutores apresentam é o cuidado de perceber cada relação como um universo em que se constroem os afetos e suas singularidades, de entender que cada relação comporta um conjunto de combinados e ajustes que podem variar entre as demais sem demandar um escopo. Quer dizer, é notar que não se estabelece uma espécie de “distribuição afetiva padronizada”, a partir da qual todas as relações funcionam em um regime. Como reconhecem, a pluralidade de pessoas, em suas complexidades e vivências, dá o tom de dificuldade relacional quando se espera um modelo universal. Justamente por isso, a construção ponto a ponto, momento a momento, pessoa a pessoa, faz da anarquia relacional um princípio que dialoga com ideias de uma não monogamia que “descentraliza os afetos”.

Portanto, vemos que a compreensão do princípio de anarquia relacional por parte dos nossos interlocutores carrega consigo a crítica central à “nuclearização afetiva”, que se relaciona com o sentimento de medo expressado por eles. O “medo de voltar a ser um pessoa monogâmica” tem a ver com esse aspecto que o princípio da anarquia relacional procura abolir, estando repleto de ambiguidades ao ser pensado durante a pandemia.

Lueji – 32 anos, mulher cis, pansexual – comenta: “*me dediquei imensamente para*



suprir isso em minhas práticas não monogâmicas. Agora, como consequência direta do período pandêmico, me vejo hierarquizando, mesmo indiretamente, porque estou sendo quase que obrigada a priorizar um vínculo afetivo”. Mesmo que as pessoas mantivessem troca de mensagens pelas plataformas digitais, recorressem a chamadas de vídeos para manter contato com outros indivíduos e cuidado com as demais relações, sentiam que não era a mesma coisa, pois o tempo dedicado à parceria que elas viam e se encontravam presencialmente era de “maior qualidade”.

“Ficar sozinho”, embora no discurso não fosse um problema, não aparecia como alternativa. Não ser um problema era, na realidade, um modo de discordar de monogâmicos que procuravam desqualificá-los. Entretanto, recorrentemente, falavam de carência, de sentir falta de alguém, em especial aqueles que moravam sozinhos – a maioria dos entrevistados. Apesar de reivindicarem a não hierarquização entre relações afetivo-sexuais e as demais, não querendo nomeá-las para não as classificar de modo valorativo, a opção foi, na maioria dos casos, juntar-se a alguém com quem se tinha relações sexuais.

De um lado, havia pessoas que já dividiam a casa com a parceria; de outro, as que não compartilhavam moradia com ninguém. No primeiro caso, essas sentiam que, antes da pandemia, tinham demasiadas conversas e faziam vários exercícios para não nuclearizarem e hierarquizarem suas relações, uma vez que compartilhar a casa com a parceria de modo mais fixo ou permanente, a longo prazo, pode se tornar um grande risco ao que a anarquia relacional se opõe¹⁶. Contudo, no período pandêmico, ficaram isolados e sentiam-se limitados a uma família nuclear ou “*casados à moda antiga*”, como salientou um interlocutor. Isso gerou angústias, sofrimentos e quase término, pois diziam forçar limites pessoais para se adequar.

Eles se viram diante de alguns paradoxos que se intensificaram e outros sobre os quais não haviam refletido. Por exemplo, a dualidade entre a busca por autonomia e a necessidade de compartilhar o mesmo espaço, isto é, a coabitação implicava partilha constante do ambiente doméstico, desafiando a autonomia pretendida. Outro paradoxo reside na gestão dos afetos e intimidades: a não hierarquização dos relacionamentos proposta pela anarquia relacional começou a contrastar com a inevitável hierarquia que surgia nas dinâmicas cotidianas de uma vida compartilhada – “a dois”. A gestão equitativa de afetos e tempo tornou-se um desafio frente a essa demanda. Além disso, a necessidade de transparência e comunicação constante se chocava com momentos de privacidade desejados no dia a dia.

Por outro lado, os sujeitos que vivem só, sem compartilhar a residência com parceria(s),

16 Os que dividiam casa, o faziam por razões estritamente financeiras e materiais. Dos 12 entrevistados, por exemplo, sete não compartilhavam casa; três residiam com uma parceria e dois viviam na casa dos pais.



sentiram-se confusos ao que fazer no início. Se juntar a familiares, retornando à “casa dos pais” era uma alternativa, mas improvável na maior parte das vezes, pois não tinham um quarto ou uma estrutura adequada para viverem bem como na própria casa, inclusive em termos de privacidade. Nessa circunstância, priorizam, pouco a pouco, um vínculo afetivo-sexual – ainda que tentassem repensar tal categoria –, particularmente aquele com quem se tinha uma “intimidade e convivência mais bem desenvolvidas”. Afirmavam que morar sozinho facilitou que essa pessoa vivesse constantemente em suas casas, o que, por consequência, os faziam viver conscientemente em contradição com o que acreditavam, pois estavam “nuclearizando um afeto”.

Além disso, quando pensavam em como ficariam após o fim da pandemia, supunham que iriam ocorrer aflições. Por passarem mais tempo com uma pessoa específica, por vivenciarem essa relação “de modo intenso e hierárquico”, como salientado pelos participantes, temia-se perder todo o processo de trabalho pessoal/emocional desenvolvido anteriormente. Por exemplo, como lidar com as expectativas em torno dessa pessoa, de ela satisfazer algumas necessidades emocionais trazidas no decorrer da pandemia, os ciúmes etc. A pandemia parecia ter estragado tudo que foi alcançado em termos de “evolução pessoal” em relação aos próprios sentimentos e às próprias condutas. Explicitava-se um medo do futuro, de ter que “lidar com tudo isso novamente”. A situação ilustra, ainda que indiretamente, que a anarquia relacional é tratada como um objetivo, um fim último a se alcançar na não monogamia.

Em suma, o “medo de voltar a ser uma pessoa monogâmica” tem relação, antes de tudo, com o passar por cima de alguns princípios da anarquia relacional, ou estar mais afastado deles, acreditando se tornar menos não monogâmicas ou mais próximas da monogamia. A nuclearização que essas pessoas acreditam ter praticado no período pandêmico não se vincula, necessariamente, a estar somente com uma pessoa, mas sim ao que ela representa em relação às outras e às expectativas, em termos do projeto de relacionamento a longo prazo desses indivíduos. Os paradoxos apresentados demonstram como a busca pela anarquia relacional ao mesmo tempo que procura desafiar e repensar as relações amorosas de um modo geral, confronta os indivíduos com desafios práticos e emocionais do cotidiano.

5 Considerações finais

No segundo tópico deste artigo, evidenciamos que o medo assumiu um papel de destaque durante a pandemia da covid-19, servindo de palco para diversas histórias de dor e sofrimento. Em um cenário de transtorno da ordem anterior, presenciamos novas e antigas formas de subjetividade sendo moldadas e tal emoção, tão familiar para a contemporaneidade, ganhando novos contornos



e objetos. Desse modo, se, de acordo com Ahmed (2014), o medo está sempre vinculado à possibilidade da perda, durante a pandemia do novo coronavírus, em que as tantas perdas se tornam iminentes, essa emoção tornou-se superdimensionada.

Segundo Delumeau (2009), o medo de morrer sempre esteve presente no imaginário moderno ocidental, podendo ser definido como a forma pura do medo. Com efeito, ao longo dos dois anos de crise generalizada, em meio a 700 mil mortes, o temor da morte nunca esteve tão evidente. Se o medo da perda da vida era constante e fervoroso, também existia o temor de trair a si mesmo, seus projetos de vida, como vimos entre pessoas negras – aquelas que reivindicavam o “princípio político” de anarquia relacional para não monogamia –, com o receio de voltarem a “ser monogâmicas”.

Como argumentamos no decorrer do terceiro tópico deste trabalho, a categoria “não monogamia” expressa uma possibilidade de transitar entre os diversos modelos relacionais, estando esse fluxo associado ao contexto de cada pessoa e suas relações com o(s) outro(s). Hoje, é reivindicada como uma identidade que procura preservar alguns princípios, como a autonomia afetiva, a consensualidade entre os parceiros, por meio da honestidade e da franqueza, e a descolonização do corpo e do afeto, proporcionada pela desnaturalização do amor romântico e pela postura crítica em relação aos valores morais monogâmicos.

Nossos interlocutores acreditam que a categoria “não monogamia” respeitaria a fluidez dos momentos e dos contextos, por englobar e permitir que o indivíduo elabore acordos ou não e se projete em mais de uma forma de relacionamento, a depender das circunstâncias. Assim, tal categoria se mostra como um não modelo, que leva em conta as particularidades de cada relacionamento. Por meio da utilização do termo “não monogamia”, nota-se uma constante definição para o sentido de si mesmo e de orientação à própria existência. Logo, o arranjo tem a potencialidade de revestir os sujeitos desta pesquisa, atribuindo-lhes significados e sentidos, conferindo-lhes autenticidade na maneira de amar e de se relacionar com o mundo.

Como explicado, em torno desses elementos, existe uma ampla disputa em torno da definição do conceito de não monogamia, de qual conduta ou princípio seria “mais ou menos não monogâmico”. Paralelamente, a categoria se mostra plástica e incapaz de ser generalizada, por conter tantas diferenças, antagonismos e experiências múltiplas e, também, nela estão presentes diversos recursos retóricos mobilizados pelos atores sociais em defesa de suas identidades políticas. Através desses recursos, afirmam-se, por comparação e/ou oposição, “não monogâmicos mais autênticos”, “mais políticos”, “mais descolonizados”, “menos embranquecidos” etc.

Nessa direção, segundo constatamos na penúltima seção, a anarquia relacional é entendida



como um princípio que traz ferramentas úteis para aumentar a autonomia e diminuir a crença de que há certos direitos assegurados nos relacionamentos românticos. Sendo assim, procura-se desafiar a ideia de que o par romântico deve vir sempre em primeiro lugar; afinal, “par” sugere aquilo que denominavam “entidade casal”. Essa entidade, fundamental para nuclearização afetiva, produz expectativas irrealistas sobre a capacidade de uma única pessoa satisfazer todas as necessidades emocionais, sociais e sexuais. Ela gera, ainda, hierarquização de relacionamentos, em que o parceiro romântico é visto como mais importante do que outras relações.

Por isso, os participantes desta pesquisa procuram romper com a “rotulação”, entendendo-se que “rótulos” ou designações que encobrem uma perspectiva hierárquica na vivência dos afetos devem ser examinados. Para eles, o ato de rotular estabelece fronteiras externas que fortalecem a segregação e a hierarquia entre os diversos tipos de afeto e intimidade. As estruturas predeterminadas dos relacionamentos acabam restringindo as formas livres e imprevisíveis que a intimidade poderia assumir se não estivesse compelida a se adequar a rótulos rígidos que contemplam expectativas normativas da sociedade. Quer dizer, entendem ser necessário evitar que as pessoas e os relacionamentos sejam rotulados com “papéis restritivos”, como namorada, esposa, ficante, amiga etc., entendem que os rótulos confinam a intimidade, evitando que as relações se desenvolvam fluida e organicamente.

O intuito disso é a “descentralização do afeto”, que diz respeito, primordialmente, a romper com as lógicas monogâmicas, em que escolhas, projetos, desejos e afins giram, obrigatoriamente, em torno da unidade “casal”. “Descentralizar o casal” na não monogamia é saber que relações afetivas são todas as que os sujeitos vivem na vida. Quando isso ocorre, percebe-se que se pode dar importância a pessoas comumente chamadas de “amigas”, tanto quanto se dá as que estão na chamada relação “afetivo-sexual”. Dessa forma, não monogamia, para os afrodengosos, vai além de se relacionar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, envolve pensar e quebrar com a hierarquia relacional.

Todavia, como descrevemos, é a pretensão por esse princípio que os fez sentir o medo de “voltar à monogamia” no decorrer da pandemia de covid-19. Temiam estar, devido às exigências da crise sanitária, abandonando a crítica central à “nuclearização afetiva”, visto que estavam dando “prioridade” a um afeto em específico. É aí que os diferentes medos, o da morte e o de voltar a ser monogâmico, ou seja, de perder de vista um projeto pessoal, de “evolução” no interior da não monogamia, entrelaçam-se. O medo de “retornar a ser um indivíduo monogâmico” ou “estar mais próximo à monogamia”, está relacionado a essa dimensão que a anarquia relacional busca suprimir.



A intersecção da pandemia da covid-19 e o medo entre os indivíduos não monogâmicos de não serem capazes de praticar a anarquia relacional tal como imaginam refletem uma apreensão social mais ampla sobre a ruptura das normas e práticas relacionais. A micropolítica dos discursos emocionais é amplificada face às crises globais, revelando a intrincada interação entre desejos pessoais e restrições externas. Nesse sentido, navegar pelas complexidades dos discursos sobre a anarquia relacional durante a pandemia nos convida a considerar a dialética do medo e do desejo, da autonomia e da restrição e o que molda as paisagens emocionais dentro da comunidade não monogâmica.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine A. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine A.; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.
- AFRODENGU – AMORES LIVRES. *Sobre esse grupo*. [S. l.], 2020. Facebook: afrodengoamoreslivres. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/afrodengoamoreslivres/>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. 2nd ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- AILES, Emma. ‘A covid acabou com nosso casamento’: os casais que se separaram durante a pandemia. *BBC News*, São Paulo, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55182269>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- BARBOSA, Mônica Araújo. *Movimentos de resistência à monogamia compulsória: a luta por direitos sexuais e afetivos no Século XXI*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 337-359, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/mYh65g7LyMWLJhfp9XvcTnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- CARTÓRIOS registraram número recorde de divórcios em 2021. *Portal G1*, [s. l.], 18 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/18/cartorios-registraram-numero-recorde-de-divorcios-em-2021.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- CARVALHO, Alexandre. A nova era do divórcio. *Super Interessante*, São Paulo, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/a-nova-era-do-divorcio>. Acesso em: 5 jan. 2024.



DAS, Veena. Encarando a Covid-19: meu lugar sem esperança ou desespero. Tradução: Marcella Araujo. *DILEMAS*: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, p. 1-8, jun. 2020. Reflexões na pandemia. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-26>. Acesso em: 5 jan. 2024.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/34ddpTp8X6GyLJDFyCQ9YwS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800*: uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

FERNANDES, Rhuann. “O amor é?” Negritude e relações não-monogâmicas: as dimensões micropolíticas do afeto. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/18066>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERRARIO, Constanza María. Poliamor, parejas abiertas y anarquía relacional: una etnografía sobre el amor libre. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA, 10., 2018, Ensenada. *Actas [...]*. Ensenada: FAHCE/UNLP, 2018. p. 1-7. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.11498/ev.11498.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

FERRER, Jorge N. Mononormativity, polypride, and the “mono–poly wars”. *Sexuality & Culture*, Louisiana, v. 22, n. 3, p. 817-836, Jan. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12119-017-9494-y>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES, Ítalo Vinícius. *Projetos poliamorosos em rede*: narrativas de casais não monogâmicos em busca de um novo amor. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/45849/1/DISSERTACAO%20-%20Italo%20Vinicius%20Goncalves.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

HAMILTON, Lisa Dawn; DE SANTIS, Carm; THOMPSON, Ashley E. Introduction to the special section on consensual non-monogamy. *Archives of Sexual Behavior*, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 1217-1223, June 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-021-02055-z>. Acesso em: 5 jan. 2024.

HARDY, Janet W.; EASTON, Dossie. *Ética do amor livre*: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas. Tradução: Christiane Kokubo. São Paulo: Elefante, 2020.

HOCHSCHILD, Arlie. Trabalho emocional, regras de sentimento e estrutura social. In: COELHO, Maria Claudia (org.). *Estudos sobre*



interação: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. (Matrizes do Saber Contemporâneo). p. 169-210.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A antropologia das emoções no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 4, n. 12, p. 239-252, dez. 2005.

MELITO, Leandro. Leia a íntegra do relatório final da CPI da Pandemia apresentado por Renan Calheiros no Senado. *Brasil de Fato*, Brasília, DF, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/leia-a-integra-do-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia-apresentado-por-renan-calheiros-no-senado>. Acesso em: 11 jan. 2024.

NAUMANN, Tatiana Moreira. Violência contra mulher, divórcio e separação na pandemia. *O Globo*, [s. l.], 25 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-contra-mulher-divorcio-separacao-na-pandemia-24496605>. Acesso em: 5 jan. 2024.

NÚÑEZ, Geni Daniela. Luta e pensamento anticolonial: uma entrevista com Geni Núñez. Entrevistadora: Luma Lessa. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 38-57, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3482/2967>. Acesso em: 11 jan. 2024.

NÚÑEZ, Geni Daniela; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 76-88, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>. Acesso em: 11 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. *OPAS*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PASSOS, Larissa. Divórcios crescem no Brasil em junho, após permissão para processo online. *Portal G1*, [s. l.], 23 jul. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/23/divorcios-crescem-no-brasil-em-junho-apos-permissao-para-processo-online.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PILÃO, Antonio Cerdeira. Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor – relações livres. *Sexualidad, Salud y Sociedad*: revista latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/QmP3dyFhnkVRJJx7XMGLbmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PILÃO, Antonio Cerdeira. Conjugalities and sexualities in conflict: monogamy and polyamory among LGBT groups. *Vibrant: virtual brazilian anthropology*, Brasília, DF, v. 18, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/9JDvwhjtrHPLPKKTdSVvSvp/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PILÃO, Antonio Cerdeira. *Poliamor*: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade



Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/787588.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PRECIADO, Paul B. Aprendiendo del virus. In: AMADEO, Pablo (ed.). *Sopa de Wuhan*. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatório), 2020. p. 163-185. Disponível em: <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp013197xq20f>. Acesso em: 11 jan. 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. (Série Sociedade e Cultura).

SILVÉRIO, Maria Silva e. *Eu, tu... ilus: poliamor e não-monogamias consensuais*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/18470/1/phd_maria_silva_silverio.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: comunicação e saúde*, Rio de Janeiro, n. 215, p. 10-15, ago. 2020a. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/43180/Exclus%C3%A3oNadaRemota.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jan. 2024.

STEVANIM, Luiz Felipe. Vulnerabilidades que aproximam. *RADIS: comunicação e saúde*, Rio de Janeiro, n. 212, p. 10-15, maio 2020b. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41223/VulnerabilidadesAproximam.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jan. 2024.

TEBEXRENI, Marcelo Bechara. *Afetos políticos: um estudo sobre o debate político da não-monogamia no Brasil*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/27703/1/MarceloBecharaTebexreni_Marcelo%20Bechara%20Tebe.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

VASALLO, Brigitte. *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. Tradução: Mari Bastos. São Paulo: Elefante, 2022.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. (Antropologia social). p. 13-37.

VON DER WEID, Olivia. Swing, o adultério consentido. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 789-810, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300009/17695>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ZAMBONI, Márcio. Marcadores sociais da diferença. *Grandes temas do conhecimento: Sociologia*, São Paulo, n. 1, p. 13-18, 2014. Edição especial.

